

## CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO & SAÚDE

### Gabarito Prova Escrita

I. Critérios de avaliação previstos na Chamada Pública: conteúdo, capacidade argumentativa, competência gramatical e textual (clareza, objetividade, coesão e coerência).

II. Questão 1: Em 17 de maio de 2016, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, afirmou: “Temos que chegar ao ponto de equilíbrio entre o que o Estado tem condições de suprir e o que o cidadão tem direito de receber”. Com base na leitura da entrevista, em anexo, e do livro *O que é o SUS*, de Jairnilson Silva Paim, analise o que isso significa para a saúde dos brasileiros. Apresente pelo menos dois argumentos na sua fundamentação. **(5 pontos)**

Como explicitado no enunciado, a resposta deverá desenvolver dois argumentos, sendo indispensável o vínculo com a bibliografia indicada, como nos tópicos abaixo:

1. O ministro argumenta que é preciso se chegar a um “ponto de equilíbrio entre o que o Estado tem condições de suprir e o que o cidadão tem direito de receber”. Numa clara crítica à possibilidade de efetivar o direito universal à saúde, Barros afirma que deve haver uma repactuação das obrigações do Estado. Paim, por outro lado, apresenta que o SUS parte de uma ideia fundamental: a saúde é direito de todos, uma vez que esse direito está ligado à própria construção da cidadania.
2. Paim argumenta que o SUS tem como princípio a universalidade. Nesse sentido, não se deve pressupor que a saúde é meramente uma benesse conquistada pelo pagamento da previdência social ou serviço usufruído pela aquisição de planos de saúde ou como serviço de assistência e proteção aos mais pobres ou parte de obras de caridade. Nesse sentido, Paim argumenta historicamente as vantagens e conquistas do SUS em relações a outros sistemas de saúde estruturados no Brasil.
3. Segundo Paim, o SUS não é um mero meio de financiamento e de repasse de recursos federais. O entendimento do SUS dessa forma faz com que haja questões, especialmente ligadas à gestão e ao financiamento do SUS, as que precisam ser mais debatidas pela opinião pública, para que gestores e políticos reconheçam a pressão legítima dos que exigem respeito à dignidade humana,

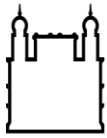
sejam vistas como gasto de dinheiro e não como investimento. Um dos resultados desse processo ideológico de deslegitimação do SUS é um crônico processo de subfinanciamento.

4. A construção de um sistema de saúde baseado em planos de saúde populares, por exemplo, pode encarecer os gastos estatais com saúde. Além disso, o SUS, como argumenta Paim, permite a geração de empregos e contribui para a economia do país.
5. O entendimento da saúde como parte do processo de construção da cidadania e não como mercadoria, para Paim, contribui para a consolidação do SUS.
6. O direito à saúde se relaciona, como explica Paim, com políticas econômicas e sociais, mas também envolve questões como produção e distribuição da riqueza e da renda, emprego, acesso à moradia, saneamento básico, educação, esporte, lazer, segurança e outros determinantes sociais.
7. O SUS como projeto de democracia busca assegurar o direito à saúde de todos os brasileiros, articulando a saúde a um processo de reforma social mais ampla, capaz de influir sobre a determinação da saúde e da doença das populações.
8. Problematizar a declaração do ministro segundo as diferentes concepções sobre o SUS discutidas por Paim: “o SUS para os pobres”, “o SUS real”, “o SUS real”, “o SUS formal” e o “SUS democrático”.

III. Questão 2: No livro *Comunicação e Saúde*, as autoras Inesita Soares de Araújo e Janine Miranda Cardoso discutem a comunicação a partir dos princípios do SUS. Apresente e discuta a formulação relacionada a dois desses princípios.

A resposta deverá discutir a comunicação segundo dois princípios do SUS, como demonstrado abaixo. A apresentação dos princípios do SUS sem vínculo com a comunicação não será considerada.

1. Universalidade: a ideia básica é pensar a comunicação como direito de cidadania, assim como a saúde. Direito à comunicação entendido como direito à informação mais o direito à fala. Sua conquista e exercício envolvem a democratização dos meios de comunicação e também das relações no cotidiano das ações, serviços e instituições de saúde.
2. Equidade: reconhece a necessidade de redistribuir o poder de fala, concentrado nas vozes autorizadas. O direito universal à comunicação se complementa com a necessidade de atenção específica às desigualdades sociais (locais, de classe, gênero, etnia, acesso à informação,



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde

educação e lazer, saneamento básico e assim por diante) que diminuem as possibilidades das vozes periféricas se fazerem ouvir, isto é, a capacidade de fazerem circular ideias, propostas e participarem de forma mais equânime do processo de produção social de sentidos.

3. **Integralidade:** reconhecer a inteireza da comunicação, como produção, circulação e recepção dos sentidos sociais. Entender a comunicação como relação com o outro, torna a escuta e a consideração de sua história e contextos de vida indispensável. Também envolve a percepção de que a comunicação não é atividade exclusiva de comunicadores, mas é atividade multiprofissional e interdisciplinar.
4. **Descentralização:** descentralizar a comunicação, assim como a saúde, tem a ver com desconcentrar poder e favorecer a participação e polifonia social. Está relacionada a processos de apoderamento, que se dá quando pessoas, individual ou em coletivamente, tornam algo seu, lhe conferem um sentido próprio e o defendem.
5. **Hierarquização:** no âmbito da comunicação, Araújo e Cardoso entendem que a hierarquização da comunicação, numa perspectiva que potencialize a descentralização, a universalidade e a equidade, demanda que sejam desenvolvidos mecanismos redistributivos, possibilitando a articulação de processos e ações de comunicação no campo da saúde, considerando os contextos locais.
6. **Participação:** “pedra de toque” dos demais princípios, a participação não deve ser restrita aos conselhos e conferências de saúde, pois envolve uma concepção ontológica da comunicação: “sem comunicação universal, equitativa, integral, descentralizada e hierarquizada, dificilmente teremos participação como a desejada e vice-versa” (ARAÚJO e CARDOSO, 2007, p.87).

**As provas estarão disponíveis para consulta nos dias 20 e 21/02/2018,  
na Gestão Acadêmica do Icict/Fiocruz**